



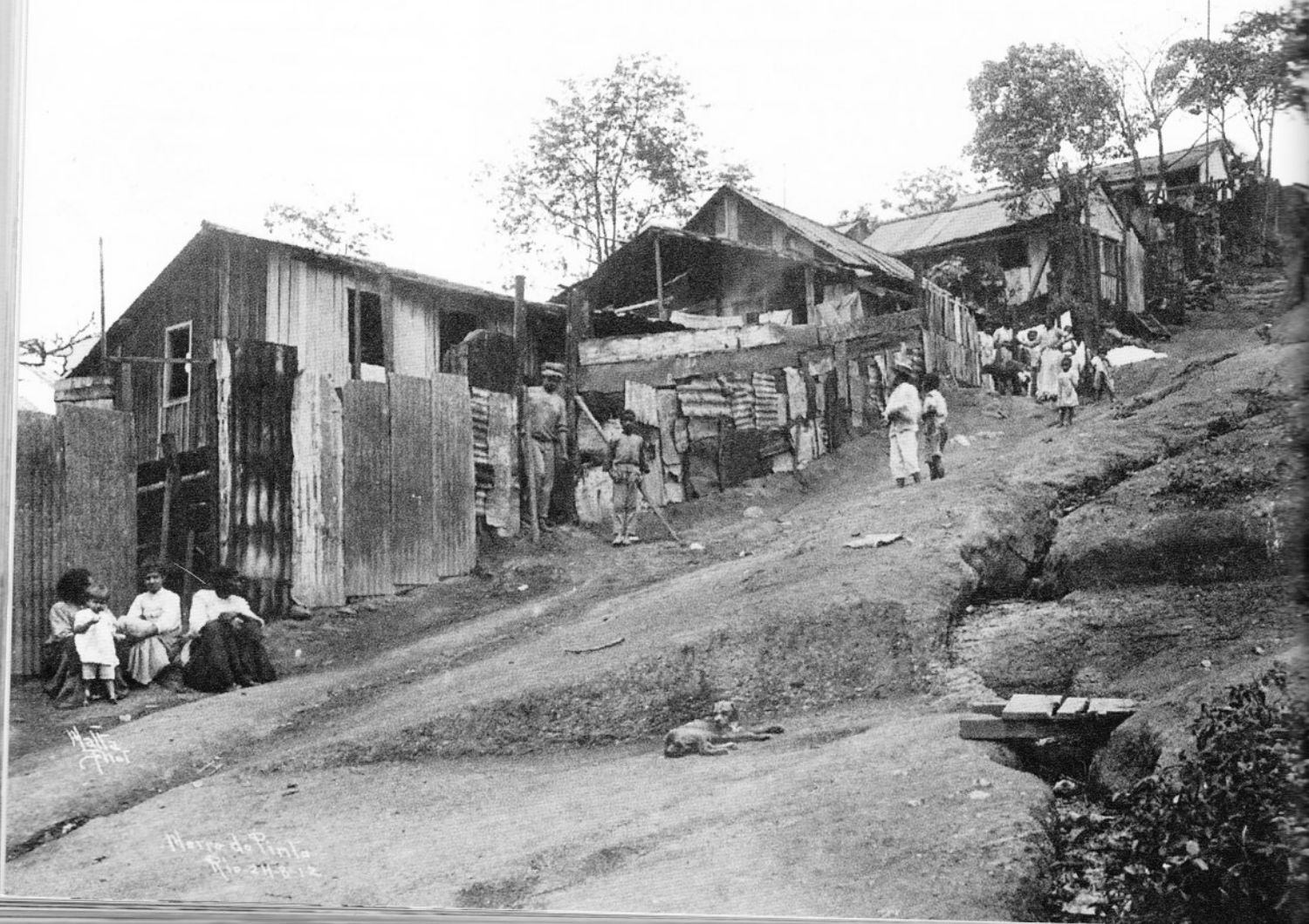
Ainda não: o cartaz feito por uma companhia de tecidos em agosto de 1888 para celebrar a assinatura da Lei Áurea revela uma situação existente apenas no imaginário.

## Depois da Abolição

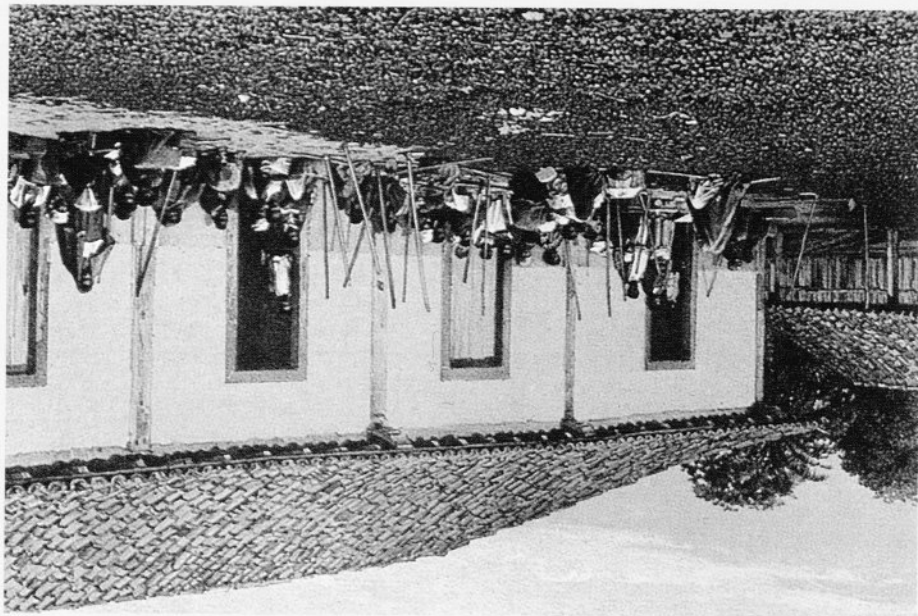
A lei sucinta e direta que a princesa Isabel assinou em 13 de maio de 1888 não concedia indenização alguma aos senhores de escravos. De qualquer forma, ao longo dos 17 anos que se estenderam da Lei do Ventre Livre à abolição efetiva, os escravocratas tinham encontrado muitas fórmulas para ressarcir-se de supostas perdas, entre elas o tráfico interprovincial de escravos, as fraudes ao Fundo de Emancipação e à Lei do Ventre Livre. Mas, se os escravocratas não atingiram um de seus objetivos, o fracasso dos abolicionistas foi maior e mais amargo.

Afinal, homens como Joaquim Nabuco, José do Patrocínio, Antônio Rebouças, Luís Gama, Antônio Bento e Rui Barbosa compartilhavam — apesar de suas divergências ideológicas — da certeza de que a abolição era apenas a medida mais urgente de um programa que só se cumpriria plenamente com uma reforma agrária, uma “democracia rural” (a expressão é de Rebouças) e a entrada dos ex-escravos e dos trabalhadores em geral num sistema de oportunidade plena e concorrência. Para eles, como expôs o crítico Alfredo Bosi, “o desafio social e ético que a sociedade brasileira teria de enfrentar era o de redimir um passado de abjeção, fazer justiça aos negros, dar-lhes liberdade a curto prazo e integrá-los numa democracia moderna”.

Nada disso se concretizou. Os libertos — quase 800 mil — foram jogados na mais terrível miséria. O Brasil imperial — e, logo a seguir, o jovem Brasil republicano — negou-



Da senzala às favelas: após a abolição da escravatura, milhares de escravos foram deixados no mais completo abandono, trocando as senzalas (ao lado) pelas favelas (página anterior).



lhes a posse de qualquer pedaço de terra para viver ou cultivar, de escolas, de assistência social, de hospitais. Deu-lhes, só e sobejamente, discriminação e repressão. Embora, de acordo com o historiador Hélio Viana, a maioria dos ex-escravos tenha continuado "a residir nas fazendas, passando a receber salários regulares", o fato é que, além de esses "salários" serem baixíssimos, alguns milhares de libertos acabaram por se dirigir às grandes cidades — especialmente Rio de Janeiro e Salvador. Lá, ergueram os chamados bairros africanos, origem das favelas modernas. Trocaram a senzala pelos casebres. Apesar da impossibilidade de plantar, acharam ali um meio social menos hostil, mesmo que ainda miserável.

O governo brasileiro não pagou indenização alguma aos senhores de escravos ("Indenização mostruosa, já que uma grande parte deles eram africanos ilegalmente escravizados, pois haviam aportado ao Brasil depois da Lei Feijó, de 7 de novembro de 1831", como disse, em discurso na Câmara, Joaquim Nabuco). Porém, o preço para que tal indenização absurda não fosse paga foi enorme: Afinal, teria sido justamente para evitar que qualquer petição pudesse ser feita pelos escravocratas que Rui Barbosa, ministro das Finanças do primeiro governo republicano, assinou o despacho de 14 de dezembro de 1890, determinando que todos os livros e documentos referentes à escravidão existentes no Ministério das Finanças fossem recolhidos e queimados na sala das caldeiras da Alfândega do Rio de Janeiro. Seis dias mais tarde, em 20 de dezembro, a decisão foi aprovada com a seguinte moção: "O Congresso Nacional felicita o Governo Provisório por ter ordenado a eliminação nos arquivos nacionais dos vestígios da escravatura no Brasil". Em 20 de janeiro de 1891, Rui Barbosa deixou de ser ministro das Finanças, mas a destruição dos docu-

mentos prosseguiu.

De acordo com o historiador Américo Lacombe, "uma placa de bronze, existente nas oficinas do Loyde brasileiro, contém, de fato, esta inscrição assaz lacônica: '13 de maio de 1891. Aqui foram incendiados os últimos documentos da escravidão no Brasil'. Foi, portanto, com essa espécie de auto-de-fé abolicionista que o Brasil comemorou os três anos da mais tardia emancipação de escravos no hemisfério ocidental. Embora pragmática — e muito mais verossímil do que a versão oficial de que os documentos foram queimados para "apagar qualquer lembrança do triste período escravocrata" — a medida foi torpe. E ajudou a fazer com que, passados mais de cem anos da libertação dos escravos, o Brasil ainda não tenha acertado as contas com seu negro passado.

